



# DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**  
OAB

# 3º SIMULADO DE DIREITO ADMINISTRATIVO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

## PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Patrícia, ao retornar de intercâmbio no exterior, é surpreendida com a presença de equipamentos e maquinário do Município Poços de Caldas/MG na sua propriedade, imóvel urbano localizado no mesmo Município e que, segundo informação do engenheiro responsável pela obra, o referido imóvel estaria sem uso há três anos e meio e, por essa razão, teria sido escolhido para a construção de um parque recreativo no local.

Inconformada com a situação, Patrícia contratou advogado para ajuizar ação de desapropriação indireta. A despeito dos bons fundamentos em favor de Patrícia, sua ação de desapropriação foi julgada improcedente em primeiro grau de jurisdição

O magistrado fundamentou a sentença, na impossibilidade de reivindicação do bem, assim como da pretensão à reparação financeira, em decorrência da supremacia do interesse público sobre o privado, bem como o transcurso de mais de três anos entre a ocupação do imóvel e a propositura da ação, ensejando a prescrição de eventual pleito indenizatório.

A apelação interposta foi regularmente processada, sendo os autos encaminhados ao Tribunal de Justiça do Estado após a apresentação da resposta ao apelo por parte da Procuradoria Municipal. No Tribunal, os autos foram distribuídos ao Desembargador Relator, que negou seguimento à apelação sob o fundamento de que o recurso era manifestamente improcedente conforme fundamentos de sentença do primeiro grau.

Não há, na decisão monocrática do Desembargador Relator, qualquer obscuridade, contradição ou omissão que justifique a interposição de Embargos de Declaração.

Elabore a peça processual adequada ao reexame da matéria no âmbito do próprio Tribunal de Justiça, indicando o prazo legal para a interposição do recurso e os fundamentos que demonstra os direitos de sua cliente.

[5,00 pontos]

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

## QUESTÃO 01 – ADAPTADA - VUNESP

Leonard é um estudante de física da Universidade Federal Saber e pelo menos duas vezes por dia vai até o refeitório da universidade tomar um "cafezinho".

Devido a uma grande tempestade que ocorreu em maio de 2014, parte do teto de um dos corredores que levava até o refeitório desabou. Para consertar os estragos decorrentes da tempestade, a universidade realizou uma licitação e contratou a sociedade empresária Resolve S.A, especializada em reformas.

Durante a obra, o fluxo até o refeitório foi alterado, tendo sido criado um novo corredor de passagem a fim de garantir a segurança de todos.

Certo dia, Leonard estava com presa e decidiu utilizar o antigo corredor - ainda em obras e com todas as sinalizações pertinentes - para ir comprar um café no refeitório. Ao passar pelo corredor em obras, Leonard esbarrou em um dos pilares provisórios que estava sustentando o teto e uma das vigas acabou caindo em sua cabeça, levando a escoriações de ordem grave.

Devido ao ocorrido, Leonard decidiu em fevereiro de 2020 ingressar com ação indenizatória contra a Universidade Federal Saber. Com base nesses fatos, responda aos questionamentos a seguir.

A) Ocorrera a prescrição no caso concreto? [0,65]

B) A universidade deverá ser condenada ao pagamento de indenização a Leonard? [0,60]

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.



1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO DISCURSIVA 02

Em determinada licitação, o melhor lance foi dado pela empresa Alfa, cujo faturamento anual é de 50 milhões de reais e o segundo melhor lance, dado pela microempresa Beta.

Nessa situação, a fim de escolher a empresa vencedora, o Estado X entendeu ser mais vantajoso que a Microempresa Beta vencesse a licitação, pois as propostas apresentadas foram idênticas.

Assim, na qualidade de advogado(a), responda, fundamentadamente, aos questionamentos a seguir.

A) Caso haja empate entre a proposta da microempresa Beta e a Empresa Alfa, a microempresa terá prioridade na contratação? Justifique. [0,65]

B) Caso a microempresa possua irregularidades tributárias, o Estado pode conceder prazo extra para a microempresa apresentar a documentação regular? [0,60]

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO DISCURSIVA 03 – ADAPTADA - FURB

Bert, médico cardiologista, foi aprovado e nomeado no concurso público de médico-perito do Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Pasadena.

Quatro anos depois da posse, Bert foi diagnosticado com grave restrição visual e acabou padecendo de cegueira em seu olho direito, mas continuou trabalhando normalmente.

Um ano depois, o Hospital Estadual localizado em Pasadena abriu concurso para o cargo de médico e Bert, interessado no concurso, solicitou inscrição para vagas reservadas a candidatos com deficiência, enviando à comissão organizadora laudo médico que atestava ser portador de visão monocular.

O requerimento foi indeferido, segundo a Comissão, o portador de visão monocular não tem direito de concorrer às vagas reservadas aos deficientes.

Diante da situação hipotética, responda:

A) Bert poderá acumular os dois cargos de médico? Justifique. [0,60]

B) A decisão que indeferiu o requerimento de Bert para concorrer às vagas reservadas a candidatos com deficiência é correta do ponto de vista jurídico? Justifique. [0,65]

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO DISCURSIVA 04

O Governador do Estado X autorizou a realização da compra, com dispensa de licitação, de cem respiradores para auxiliar no combate ao covid-19. Após a formalização da compra e diante da demora na entrega dos respiradores, o Ministério Público iniciou uma investigação.

Posteriormente, foram constatados fortes indícios de improbidade administrativa por parte do Governador, bem como um rombo nos cofres públicos de cerca de 33 milhões de reais. Diante disto, foi instaurada ação civil pública fundamentada em ato de improbidade administrativa e instaurada tomada de contas especial no âmbito do Tribunal de Contas para apurar irregularidades e o débito.

Em ambos os procedimentos, sustentou-se que houve o enriquecimento ilícito do Governador e dano ao erário.

Na defesa apresentada, o Governador informou que não ocorreu o dano ao erário, o que afastaria, consequentemente, a imputação de enriquecimento ilícito. Quanto à tomada de contas administrativa, em defesa, o Governador alegou que não poderia ser condenado em ambos os procedimentos, razão pela qual estaria configurado o bis in idem caso se estabelecesse dupla condenação de ressarcimento ao erário no procedimento administrativo e na ação civil pública.

Com base nos fatos narrados, responda os itens a seguir.

A) Existe a possibilidade de condenação do Governador do Estado X por ato de improbidade que gerou enriquecimento ilícito, ainda que comprovada a inexistência de dano ao erário? Justifique [0,60]

B) É possível que o Governador responda por ato de improbidade, ainda que seja absolvido no âmbito do Tribunal de Contas? [0,65]

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## 2 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

**Igor Maciel**